

**O EMPREGO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO
ESTADO DE ALAGOAS: UMA ANÁLISE ESTRUTURAL DO
PERÍODO DE 2004-2014**

KARINE DANIELE DA SILVA*

*Mestra em Economia
Aplicada pela UFAL

O EMPREGO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DE ALAGOAS: UMA ANÁLISE ESTRUTURAL DO PERÍODO DE 2004-2014

Karine Daniele da Silva*

RESUMO – O presente estudo teve como objetivo analisar a maneira como o desenvolvimento econômico determina o perfil do emprego gerado, tomando o estado de Alagoas como estudo de caso. Ao realizar a análise para o período de 2004 a 2014, percebe-se que a estrutura ocupacional resultante das vagas criadas é precária e seletiva, pois em sua maioria demandaram trabalhadores do sexo masculino, com segundo grau completo, idade entre 18 e 24 anos, com rendimentos de no máximo um salário mínimo e meio, ocupados no setor de serviços e comércio, em empresas de micro porte. Com base no resultado da análise dos dados, conclui-se que o foco em atividades produtivas com pouco conteúdo tecnológico, como o caso do setor de serviços, em Alagoas, acaba gerando empregos precarizados e com baixas remunerações, muitas vezes por exigir uma mão de obra pouco qualificada. Nesse sentido, gera-se um ciclo vicioso que impede o ganho de riqueza e, conseqüentemente, o desenvolvimento local sustentado.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria do Desenvolvimento e Subdesenvolvimento; Mercado de Trabalho; Perfil de Emprego.

STRUCTURAL ANALYSIS OF DEVELOPMENT AND EMPLOYMENT IN THE STATE OF ALAGOAS IN THE PERIOD 2004-2014

ABSTRACT – The present study aimed to analyze the way in which economic development determines the profile of employment generated, taking the state of Alagoas as a case study. When carrying out the analysis for the period from 2004 to 2014, it is clear that the occupational structure resulting from the vacancies created is precarious and selective, since most of them demanded male workers, with complete high school, aged between 18 and 24 years old, with incomes of at most one and a half minimum wages, employed in the services and commerce sector, in micro-sized companies. Based on the result of the data analysis, it is concluded that the focus on productive activities with little technological content, as in the case of the service sector, in Alagoas, ends up generating precarious jobs and with low wages, many times because it requires a helping hand. poorly qualified work. In this sense, a vicious cycle is generated that prevents the gain of wealth and, consequently, the sustained local development.

Keywords: Theories of Development and Underdevelopment; Labour Market; Employment Profile.

*Graduada em Economia pela UFAL. Mestre em Economia pelo Curso de Mestrado em Economia Aplicada (CMEA) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: karinedaniele81@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A evolução e o perfil do emprego podem ser indicadores bastante relevantes para a análise do desenvolvimento econômico, principalmente sobre uma abordagem local. As políticas públicas de desenvolvimento local, quando interferem no ritmo econômico, permitem transformações no mercado de trabalho e, dessa forma, mudança na realidade econômica (TEXEIRA, 2002; POCHMANN, 2012).

No Brasil, a percepção acerca das diferentes estruturas produtivas vai além de uma discussão recente, pois encontra-se relacionada a forma como se desenvolveu a economia brasileira. De acordo com Furtado (2009a), é necessário levar em conta as especificidades históricas e estruturais para entender os diferentes processos de desenvolvimento vivenciados pelos países.

O modelo agroexportador delineado por Furtado (2009b) caracterizou a estrutura produtiva brasileira até o “deslocamento do centro dinâmico”, voltado para o mercado interno. A partir da década de 1930, o país passou por diversas transformações econômicas e sociais, sobretudo com o fortalecimento da indústria, que supriria a demanda interna que antes era suprida por produtos importados. Esse processo foi intitulado como Substituição de Importações.

Durante o período de 1930 a 1970, os grandes investimentos na indústria foram fortalecidos pelo o compromisso com o desenvolvimento, regido sobretudo com a contribuição das políticas de desenvolvimento regionais e do planejamento central do desenvolvimento regional¹. Esse contexto possibilita a modificação da estrutura produtiva, rompendo com o modelo primário-exportador que prevalecia desde os tempos coloniais (POCHMANN, 2008).

Entretanto, nesse período, além do crescimento econômico do país representar cerca de 7% ao ano, o mercado de trabalho mostrou sinais de estruturação. As mudanças se deram principalmente na diminuição dos níveis de precarização do mercado de trabalho, marcado pela diminuição do trabalho sem remuneração e por conta própria, e das taxas de desemprego. Contudo, essas transformações esgotaram-se conjuntamente com o processo de crescimento econômico após 1980, sem que as iniciativas locais de desenvolvimento pudessem se opor a esse movimento (POCHMANN, 2008).

¹Por meio da criação de agências de desenvolvimento e de bancos regionais e estaduais para as regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste e da constituição dos planos de desenvolvimento, responsável pelo avanço das estruturas produtivas nas regiões periféricas do Brasil (Sudene, Sudam) (POCHMANN, 2008).

Para este autor, no período de 1930 a 1970, a industrialização ocorrida no país, embora tenha proporcionado uma manutenção do mercado interno e aumento da renda, acabou por promover a sua concentração, favorecendo o aumento das disparidades entre as regiões brasileiras. A industrialização, fator de significativa importância para o desenvolvimento regional, concentrou-se primordialmente no Sudeste, mesmo com as políticas de desenvolvimento regiões para o Nordeste. Enquanto aquela região conseguia grandes investimentos em atividades produtivas de maior conteúdo tecnológico, essa se concentrava em atividades que não favoreciam tal processo, levando a economia brasileira para uma espécie de nova divisão internacional do trabalho.

As transformações econômicas ocorridas no país possibilitaram mais uma concentração dos avanços do que uma distribuição heterogênea das mudanças. Numa região em que se destacam as disparidades, como a região Nordeste, o estado de Alagoas ganha ainda mais destaque pelo seu posicionamento nos principais indicadores econômicos e sociais. Em diversos indicadores, o Estado de Alagoas se apresenta em uma das mais baixas posições do Nordeste, além de apresentar o pior Índice de Desenvolvimento Humano – IDH da região (0,667) e do Brasil. No ano de 2015, por exemplo, a renda per capita de R\$13.887,53 do Estado foi a sétima pior da região e a vigésima quinta no Brasil. No período de 2002 a 2015, em termos de população empregada o estado de Alagoas foi o sétimo desempenho estado do Nordeste, representando 6% de todo o emprego de mão-de-obra. Quanto aos rendimentos médios mensais desses trabalhadores, Alagoas apresentou, no ano de 2015, o pior rendimento de todos os estados do Nordeste, com remuneração de R\$ 670,00 (IBGE).

Vale ressaltar que a economia do estado de Alagoas é concentrada no setor de serviços com representação de 72,1% do PIB, enquanto que a indústria foi responsável por apenas 21,2% em 2010 (IBGE), o que indica uma economia pouco diversificada.

Ressalta-se, também, que o perfil do emprego, quando há concentração em setores que não possuem grande produtividade e com baixo conteúdo tecnológico (como é o caso do setor de serviços), não possibilita o desenvolvimento local sustentado. Essa relação se dá pelo fato de muitas vezes se apresentarem grandes distorções entre gêneros, faixas etárias e formação educacional do empregado, o que, em último caso, não muda a realidade econômica local, tornando-se um ciclo vicioso.

Assim, dentro deste contexto o presente artigo busca responder o seguinte problema de pesquisa: Como o processo de desenvolvimento das atividades produtivas, no qual está inserido o estado de Alagoas, reflete no perfil do emprego gerado no Estado?

Diante desse contexto, o objetivo geral deste artigo é realizar uma análise do

emprego no desenvolvimento do Estado de Alagoas, por meio de uma análise estrutural, que significa averiguar não só sua evolução ao longo do período de 2004 a 2014, mas também o perfil do emprego gerado. Especificamente, pretende-se analisar a estrutura produtiva do Estado de Alagoas e o perfil do emprego gerado.

Esse artigo está estruturado em quatro seções. Após esta introdução, apresenta-se uma breve discussão sobre a relação entre estrutura produtiva e o desenvolvimento econômico no estado de Alagoas. A terceira seção, por sua vez, realiza uma análise sobre os dados do o emprego em Alagoas no período de 2004 a 2014. Por fim, a última seção tece as considerações finais do trabalho.

DISCUSSÃO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE ESTRUTURA PRODUTIVA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO ESTADO DE ALAGOAS

De acordo com Furtado (2000), o processo de desenvolvimento do núcleo industrial baseado em substituição de importações (PSI), tem o seu elemento dinâmico a partir da procura já existente por indução externa e não pelas inovações introduzidas nos processos produtivos, como ocorre nas economias industriais desenvolvidas.

Mesmo com tais limitações, o PSI atrelado a implementação dos planos de desenvolvimento tornou a dinâmica da economia no período de 1930-1970 com maiores níveis de renda e emprego, de maneira que o mercado de trabalho passou por uma estruturação no período. Nota-se que o compromisso com o desenvolvimento atrelado ao crescimento de núcleos industriais, no caso brasileiro, colaborou para elevações dos níveis de emprego e renda no país.

As disparidades regionais no Brasil relacionam-se às disparidades de renda provocadas pela maneira como se deu o processo de desenvolvimento no país (LIMA, SIMÕES e HERMETO, 2015). Os estados pertencentes às outras regiões que não Sul e Sudeste, geralmente possuem níveis de desenvolvimento inferiores, como é o caso de Alagoas.

Os reflexos dessas disparidades podem ser diversos, mas um deles sem dúvida é como se estrutura o mercado de trabalho nessas regiões. A região Nordeste emprega uns dos menores número de pessoas quando comparado a regiões com Sul e Sudeste. Com relação as especificidades do mercado de trabalho, de acordo com Lima, Simões e Hermeto (2015), as disparidades entre as regiões refletem em diferenciais de salários, em que

ocupações e trabalhadores com características similares são remunerados de maneira distinta no espaço. Essa relação pode ser visualizada na Tabela 1 a seguir, em que a região Sudeste apresenta o maior salário médio entre 2004 - 2014 enquanto que o menor salário médio é concedido pela região Nordeste.

Tabela 1 - Salário Médio¹ regiões brasileiras – 2004-2014.

| Posição | Região | 2004 | 2014 |
|---------|--------------|--------|----------|
| 1 | Sudeste | 593,42 | 1.322,14 |
| 2 | Sul | 487,24 | 1.188,89 |
| 3 | Centro-Oeste | 477,61 | 1.127,45 |
| 4 | Norte | 450,42 | 1.111,82 |
| 5 | Nordeste | 417,60 | 1.047,60 |

Fonte: CAGED. Elaboração dos autores.

Nota¹: salário médio obtido de jan-dez de 2004-2014.

Nesse sentido, a mesma percepção pode ser aplicada para estados de uma mesma região, como o caso do Nordeste. É possível verificar por meio da Tabela 2 a seguir que o estado de Alagoas concede umas das menores remunerações médias da região entre 2004-2014 segundo dados do CAGED, ficando à frente somente do estado da Paraíba.

Tabela 1- Salário Médio¹ dos Estados da Região Nordeste – (2004- 2014).

| Posição | UF | 2004 | 2014 |
|-----------------|---------------------|---------------|-----------------|
| 1 | Pernambuco | 419,97 | 1.156,12 |
| 2 | Maranhão | 410,62 | 1.154,67 |
| 3 | Bahia | 461,07 | 1.135,38 |
| 4 | Ceará | 384,59 | 1.046,30 |
| 5 | Piauí | 359,80 | 1.022,27 |
| 6 | Sergipe | 397,95 | 983,56 |
| 7 | Rio Grande do Norte | 425,40 | 980,09 |
| 8 | Alagoas | 379,85 | 943,80 |
| 9 | Paraíba | 368,14 | 932,56 |
| NORDESTE | | 417,60 | 1.039,42 |

Fonte: CAGED. Elaboração dos autores.

Nota¹: salário médio obtido de jan a dez de 2004-2014.

A análise sob a ótica das disparidades regionais é fundamental na compreensão da movimentação do Estado de Alagoas nesse processo de desenvolvimento. De acordo com Santos e Correa (2015), Alagoas acompanha o mesmo comportamento da região Nordeste. As características históricas e similares do Estado com sua região, estão de acordo com esses autores atreladas as dificuldades políticas e sociais para romper com um modelo econômico baseado no monopólio da terra, organização preferencial da comercialização de certos produtos e o baixo nível econômico, educacional e sanitário de parte da sua população. Essas dificuldades geraram entraves à modernização econômica dessa região e,

consequentemente, ao estado de Alagoas (SANTOS; CORREA, 2015, p. 6167).

Desse modo, não seria estranho verificar que o Nordeste apresenta uma parcela representativamente pequena do PIB do país, uma média de 12,7% por ano, no período de 1970-2010. Alagoas por sua vez, representa 0,054% da participação do Nordeste. E no PIB do Nordeste, o Estado tem uma participação média ao ano de 5,35%. Essa relação está apresentada na Tabela 3 a seguir.

Tabela 2 - Participação dos Estados no PIB do Nordeste – 1970-2010 (%).

| Descrição | Anos | | | | | | | | |
|------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| | 1970 | 1975 | 1980 | 1985 | 1990 | 1995 | 2000 | 2005 | 2010 |
| Alagoas/Nordeste | 5,8 | 5,7 | 5,5 | 6,1 | 5,5 | 4,9 | 4,9 | 5,0 | 4,8 |
| Alagoas/Brasil | 0,7 | 0,6 | 0,7 | 0,9 | 0,7 | 0,6 | 0,6 | 0,7 | 0,7 |
| Nordeste/Brasil | 11,7 | 11,1 | 12 | 14,1 | 12,9 | 12,8 | 13,1 | 13,1 | 13,5 |

Fonte: IPEADATA (1970-2010).

De acordo com Lima (2006), o Nordeste brasileiro passou por diversas transformações em sua estrutura produtiva e no modo como se relacionava com as demais regiões a partir da década de 1950, em particular a região sudeste, que era a região dominante do processo de acumulação de capital, iniciado na década de 1930.

Nesse sentido a região Nordeste entrava como complementaridade das necessidades oriundas dessa região dominante. A partir de uma visão de conjunto da indústria nordestina nas décadas de 1960 e 1970, os seguintes aspectos merecem ser destacados:

a) A indústria nordestina, antes voltada principalmente à produção de bens de consumo não duráveis, transformou-se, no período de duas décadas, em produtora de bens intermediários. Tal alteração na estrutura da produção industrial foi motivada, por um lado, pela dinâmica do processo de industrialização a partir da década de 1950, com suas demandas, exigências e estímulos próprios da indústria pesada, e, por outro, pela concorrência a que foram submetidas as indústrias tradicionais do Nordeste com o processo de integração inter-regional; b) O período completo, 1960-1980, foi de muito dinamismo para a atividade industrial nordestina, inclusive para a indústria de bens de consumo não duráveis, sendo que, na primeira metade da década de 1970, há um salto qualitativo em relação à década anterior e um arrefecimento na segunda metade da década; c) A repercussão deste processo para o emprego foi significativa, pois, como a produtividade aumentou a quase 6% ao ano neste período (1960/80), o emprego respondeu com uma taxa de crescimento da ordem de 4,6% ao ano. Com isto, o contingente empregado passou de 232,8 mil, em 1960, para 574,3 mil pessoas, em 1980, conforme dados dos censos industriais. O importante é que tal crescimento se deu fora da atividade produtora de bens de consumo não duráveis, ou seja, a indústria tradicional; d) Os ganhos de produtividade observados na indústria nordestina não se verificaram nos salários. Tal disparidade entre produtividade e salários é mais fortemente perceptível na indústria tradicional (bens de consumo não duráveis) em função da competição inter-regional que se estabeleceu, obrigando aquelas indústrias menos eficientes a fecharem algumas unidades e outras a modernizarem-se. Mas, também, há razões relacionadas ao autoritarismo do período que combinava arrocho salarial e prática repressiva que inviabilizava a ação das organizações sindicais, a grande oferta de mão-de-obra menos qualificada na região, e a baixa tradição de luta sindical dos trabalhadores urbanos nordestinos (LIMA, 2006, p. 28).

No entanto, o estado de Alagoas, nem sempre seguiu o ciclo de mudanças ocorridas

no Nordeste. De acordo com Lopes (2017), o Estado apresentara as mesmas características quando da sua formação inicial. Nesse sentido, até a década de 1970, período de maiores avanços para a economia brasileira, a economia alagoana ainda era baseada, na agroindústria açucareira, na pecuária extensiva e no segmento têxtil algodoeiro. A partir da década de 1970 como reflexo dos avanços das políticas de desenvolvimento regional no Nordeste, Alagoas começou a apresentar algumas indicações de mudanças em sua estrutura produtiva, com crescimento da indústria, principalmente o setor químico (LOPES, 2017).

De acordo com esse autor, o grande entrave para que os efeitos das políticas de desenvolvimento adotadas para a região Nordeste contemplassem de maneira mais efetiva o estado de Alagoas, foi a grande dificuldade em romper com a estrutura produtiva tradicional baseada na agroindústria sucroalcooleira,

[...] até houve entre 1980 a 1985, período de maior crescimento econômico-decorrente da maturação dos investimentos federais associados ao IAA8, o Proálcool9 e ao II PND um “ensaio” da diversificação produtiva, mas que não se perpetuou ao longo dos períodos subsequentes, principalmente a partir dos anos 90, pelo desmantelamento das políticas públicas de investimento regionalizados e (re)primarização da pauta exportadora (LOPES, 2017, pp.5-6).

Desse modo, a estrutura produtiva baseada primordialmente no setor sucroalcooleiro atrelado ao poder político desse núcleo, inibe no período das transformações ocorridas na região que no Estado haja expansão do núcleo industrial. Ao contrário, as políticas adotadas em âmbito regional e estadual corroboraram não só para a manutenção como para o fortalecimento da agroindústria sucroalcooleira como uma das principais atividades produtivas e responsáveis por significativo quantitativo de geração de emprego no Estado.

De acordo com Lima (2014), as transformações ocorridas no que permeia esse setor é dividido em três fases distintas, quando:

- i. Entre os anos 1930-1950 houve a consolidação do parque dos usineiros;
- ii. Entre os anos 1950-1975 houve expansão e modernização da agroindústria canavieira alagoana impulsionadas pelo Programa Nacional do Álcool (Proálcool) e consolidadas pelo que previa o II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND;
- iii. Entre 1975-1989 o setor passa por um novo processo expansivo impulsionado, sobretudo pelo “acordo dos usineiros”, firmado no final da década de 1980, que previa isenção do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.

Ao que diz respeito a como essas relações de poder político e social do grupo no comando do setor sucroalcooleiro impactaram sobre o não acompanhamento do estado de Alagoas nos efeitos das políticas de desenvolvimento, é um caso muito específico, para

Lima (2006),

O caso de Alagoas é bem revelador do conflito de interesses em relação aos projetos de desenvolvimento, pois, no período em que a SUDENE iniciava suas atividades para pôr em prática seu plano de ação baseado na ideia de uma industrialização incentivada, a oligarquia alagoana estava em franco processo de luta para derrubar o governo que representava os ideais daquela instituição. Algo que acentuava esses conflitos, dificultando a atuação da SUDENE em Alagoas, era a conjuntura positiva para o açúcar no mercado externo que levou ao maior aprofundamento de políticas de aumento das exportações de açúcar, o que requeria modernizar e expandir a produção (LIMA, pp. 125-126, 2006).

A forte manutenção das atividades sucroalcooleiras atrelada ao poder político e social exercido pelos usineiros apenas possibilitaram o crescimento de outras atividades principalmente as do setor de serviços. Assim:

Para reforçar nossa hipótese é necessário entender o expressivo avanço do setor de serviços pela intensificação da concentração de terras no campo [...], aumento do êxodo rural, a falta de alternativas produtivas e da caótica aglomeração urbana em Maceió sem lastro no emprego industrial, fatores esses todos relacionados ao avanço da agroindústria sucroalcooleira (LOPES, pp. 13-14, 2017).

É possível identificar, por meio da Tabela 4, o comportamento da participação dos setores no PIB entre os anos 1990-2010. Nota-se que a composição do PIB está fundamentalmente no setor de serviços, uma mudança atrelada a manutenção das atividades do setor sucroalcooleiro. A participação desse setor cresceu em torno de 36% no período.

Tabela 3 - Alagoas - Participação Setorial do PIB – 1990-2010 (%).

| Atividades | 1990 | 1995 | 2000 | 2005 | 2010 |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Agropecuária | 22,8 | 17,8 | 15,2 | 8,6 | 6,7 |
| Indústria | 24,3 | 21,4 | 21,9 | 27,1 | 21,2 |
| Indústria extrativa | - | - | - | 1,3 | 0,9 |
| Indústria de transformação | 14,7 | 11 | 11,8 | 12,9 | 9,3 |
| Produção e distribuição de eletricidade e gás, água e esgoto e limpeza urbana | 1,5 | 3,9 | 3,6 | 6,8 | 4,4 |
| Construção Civil | 8,1 | 6,5 | 6,5 | 6,2 | 6,6 |
| Serviços | 52,9 | 60,8 | 62,9 | 64,3 | 72,1 |
| Comércio | 11,7 | 8,9 | 8,4 | 10,5 | 15,9 |
| Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados | 5 | 2,5 | 3 | 3,5 | 4,2 |
| Administração, saúde e educação públicas e seguridade social | 21,2 | 23,5 | 22,7 | 23,8 | 28 |
| Outros Serviços | 15 | 26 | 28,9 | 26,6 | 24 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |

Fonte: IBGE - Contas Regionais (1990-2010)

Vale ressaltar que de alguma maneira as políticas regionais impactaram no crescimento do núcleo industrial de Alagoas. Segundo Lopes (2017) as políticas públicas regionais conseguiram promover a instalação da indústria química no estado de Alagoas, no entanto, não foi suficientemente eficaz para alterar o perfil produtivo do Estado.

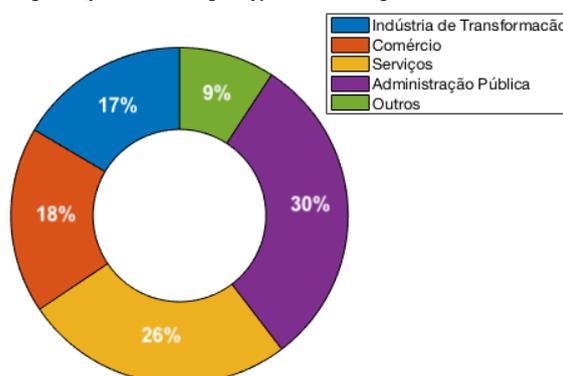
Com relação ao comportamento do setor de serviços:

Vale ressaltar que a maior parte destes serviços estão ligados com atividades de baixa remuneração, como serviços pessoais e domésticos, o comércio e a economia informal. Isto é, os serviços se expandem como “válvula de escape” para a obtenção de renda e superação da miséria em Alagoas. O crescimento da participação do setor de serviços não indica melhora no desenvolvimento econômico, ou, diversificação da atividade produtiva, mas uma consequência nefasta do domínio da cana no Estado. Sem indústrias, o setor terciário de baixa remuneração surge como uma alternativa de sobrevivência [...] Assim, **desenvolveu-se em Alagoas uma estrutura produtiva a partir de atividades nitidamente terciárias, sem uma participação crescente (ou importante) do setor industrial, apresentando uma tendência à hipertrofia, à proliferação de serviços públicos ou de baixa remuneração e de atividades ligadas à economia informal.** (LOPES, 2017, pp. 14 – 17, grifo nosso).

UMA ANÁLISE ESTRUTURAL DO EMPREGO NO PERÍODO DE 2004-2014

O fato do estado de Alagoas não ter acompanhado os efeitos das políticas de desenvolvimento regional para a região do Nordeste, corroborou para que as atividades econômicas responsáveis pela geração do emprego e renda no Estado fossem baseadas na agroindústria sucroalcooleira, a produção cloro-química e o setor de comércio e serviços. Conforme Gráfico 1, atualmente os principais setores responsáveis pelo emprego formal e renda é a administração pública, indústria de transformação, comércio e serviços, justamente os setores que englobam aquelas atividades.

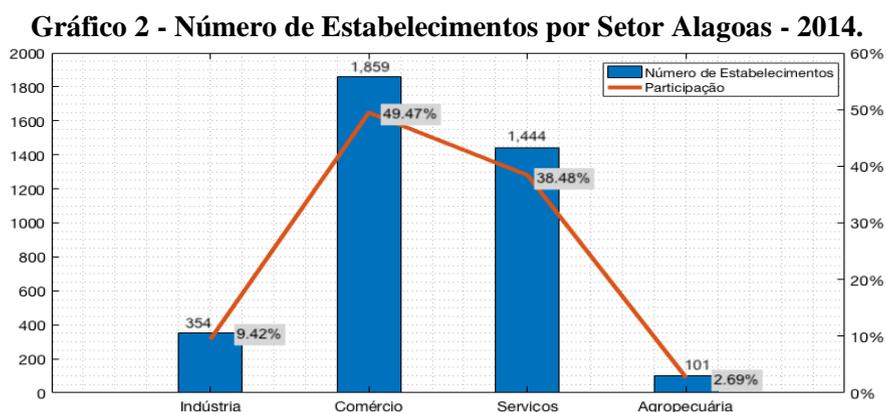
Gráfico 1- Composição do emprego formal por setor em Alagoas - 2014



Fonte: CAGED. Elaboração dos autores.

Nesse sentido, a administração pública é responsável por cerca de 30% dos empregos formais no estado de Alagoas, os setores de comércio e serviços juntos significam 43% do emprego formal. A indústria de transformação sugere uma participação de 17% do total de empregos, no qual tem forte presença do setor cloro-químico e do setor sucroalcooleiro. Essa relação permite avaliar de fato a mudanças significativa do escopo das atividades econômicas em Alagoas para o setor de comércio e serviços, conforme visto em seção anterior.

Além da análise sob o prisma do número de empregos formais existentes por setor, vale destacar que para realçar a mudança da força do núcleo sucroalcooleiro para os setores de comércio e serviços é importante verificar a quantidade de estabelecimentos existentes por setor. O Gráfico 2 a seguir reflete bem essa situação, a medida em que demonstra que os setores de comércio e serviços são responsáveis conjuntamente por cerca de 87% do total de estabelecimentos declarantes em 2014, entre os 4 setores analisados: indústria, comércio, serviços e agropecuária. Sendo os setores industrial e agropecuário responsáveis por aproximadamente 12% do total de estabelecimentos.

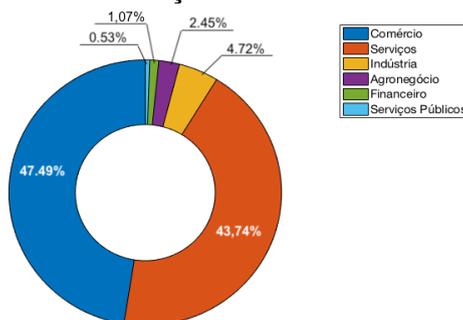


Fonte: CAGED. Elaboração dos autores.

O Gráfico acima reflete bem o perfil produtivo do estado de Alagoas. Não é por falta de diversificação que o Estado não alcançou algum nível de desenvolvimento das atividades produtivas, mas sim pela ausência de atividades que requerem alterações e avanços nos mecanismos de produção, assim como às relacionadas ao setor industrial. Esse tipo de avanço possibilita a geração de empregos com maiores remunerações, tendo em vista que o setor de indústria atribui geralmente salários mais altos.

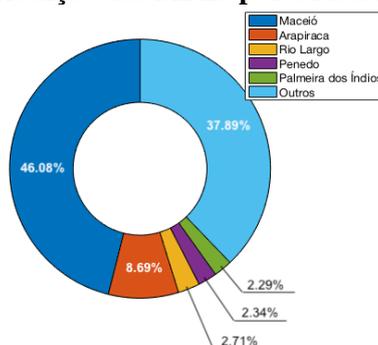
De acordo com a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG, 2016), Alagoas segue uma tendência nacional de crescimento e participação nas micro e pequenas empresas com relação ao número total de estabelecimentos.

Nesse sentido, realizando uma análise da distribuição dessas empresas por setores de atividades econômicas, tem-se uma relação de 90% de participação dos setores de comércio e serviços, enquanto que a indústria tem representatividade de 4,72%, conforme apresentado no gráfico 3. Nota-se que qualquer mudança na estrutura produtiva no Estado não seria suficientemente eficaz para reduzir essa participação de setores com tão pouca diversificação, baixas remunerações e com propensão a gerar informalidade como é o setor de comércio e serviços.

Gráfico 3 - Distribuição das MPEs ativas - Alagoas.

Fonte: Empresômetro (2017).

Vale ressaltar que outro fator preocupante é o fato de além das empresas estarem concentradas nos setores de comércio e serviços, mais de 54% delas estão distribuídas em apenas duas cidades: Maceió e Arapiraca, enquanto que 46% estão distribuídas entre os outros municípios. Essa relação pode ser visualizada por meio do gráfico 4.

Gráfico 4 - Distribuição das MPEs por Cidade – Alagoas - 2017

Fonte: Empresômetro (2017).

Por meio do gráfico 4, nota-se que a alocação das MPEs acaba gerando disparidades entre os municípios e concentração de renda e emprego em basicamente duas cidades. Na próxima subseção se verá como se apresenta o mercado de trabalho de uma economia voltada para o setor sucroalcooleiro, comércio e serviços e com disparidades entre seus entes, como a economia alagoana. Os dados foram analisados para o período de 2004 a 2014, utilizando como base o trabalho realizado por Remy, Queiroz e Filho (2008), no qual se realizou uma análise da evolução do emprego formal no Brasil entre os anos 2000 e 2008.

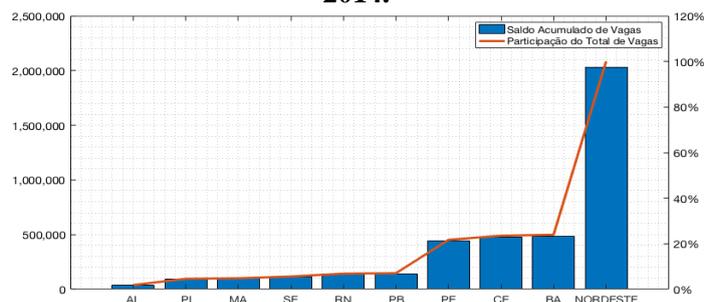
1 Evolução do emprego formal em Alagoas entre 2004 e 2014: dez anos de desestruturação e precarização do mercado de trabalho

Em meio ao cenário de reestruturação do mercado de trabalho vivenciado pela economia brasileira, pôde se verificar por meio da seção anterior que algumas regiões embora tenham apresentado evolução nos indicadores do mercado de trabalho, tinham uma

participação relativamente pequena quando comparado ao desempenho de regiões com Sul e Sudeste, como é o caso do Nordeste brasileiro. Essas disparidades são ainda mais acentuadas quando se compara os estados pertencentes a essa região.

Como demonstrado no gráfico 5, dentre os estados do Nordeste brasileiro, Alagoas carrega o pior desempenho quando se compara o saldo de vagas de empregos formais entre os anos de 2004 a 2014, tendo representação de cerca de 1,8% do saldo total obtido pela região no período analisado.

Gráfico 5 - Saldo de Vagas acumulado e participação dos Estados do Nordeste entre 2004-2014.



Fonte: CAGED. Elaboração dos autores.

Enquanto que a região Nordeste contabilizou saldo positivo de (2.032.835) representando uma média anual de cerca de 184.803, o Estado Alagoas contabilizou apenas 1,8% desse total representando (37.779) de saldo acumulado de vagas formais com média de 3.434 ao ano, o que garante ao Estado o título de menor desempenho do mercado de trabalho entre os todos os estado do Nordeste.

Dessa maneira, os dados indicam uma possível desestruturação do mercado de trabalho em Alagoas, de modo que é necessário analisar as especificidades dos postos de trabalho criados no período pretendido.

1.1 A evolução do saldo2 de vagas formais - 2004 a 2014

As análises realizadas nesta subseção foram baseadas no trabalho realizado por Remy, Queiroz e Filho (2008), o qual objetivou avaliar a evolução dos saldos formais acumulados no Brasil entre os anos 2000-2008. Para Alagoas far-se-á a mesma análise para o período de 2004-2014, distinguindo-se, sobretudo pela relação acercada face do desenvolvimento econômico alagoano refletido no comportamento do emprego ao longo do período.

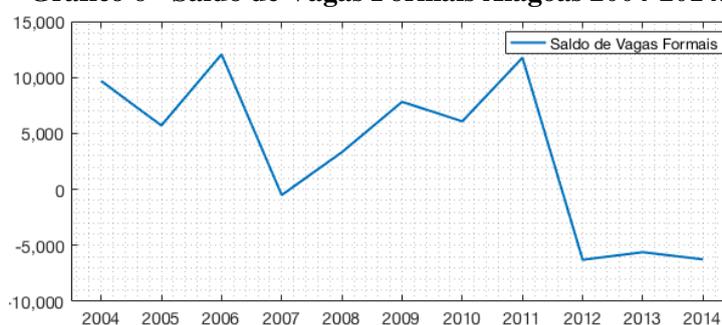
De acordo com as informações disponibilizadas pelo Cadastro Geral dos

²⁰ O saldo de vagas é calculado pelo acumulado dos anos 2004-2014, tomando como referência o mês de dezembro de cada ano.

Empregados e Desempregados – CAGED, conforme já apresentando anteriormente, o estado de Alagoas havia acumulado um saldo de vagas formais de aproximadamente 37.779 novos postos de trabalho, o que o deixaria relativa e absolutamente num quadro de pior desempenho em sua região natural, o Nordeste.

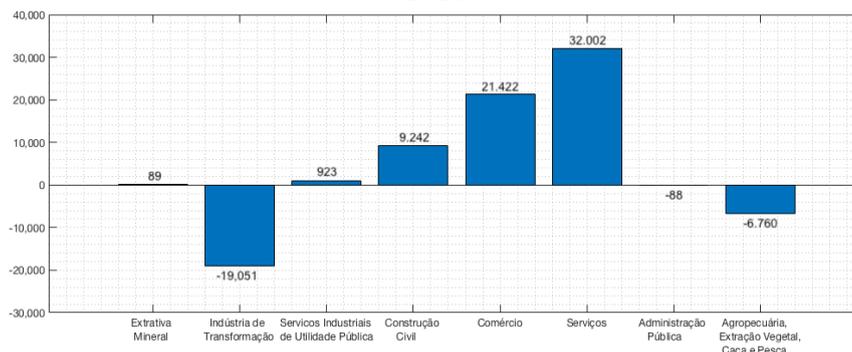
Ao analisar o saldo de vagas formais de Alagoas ano a ano, nota-se que o melhor desempenho ocorreu nos anos 2006 e 2011. A partir de 2012 o saldo de vagas formais é sempre negativo indicando a não criação de novos postos de trabalho, e um número de desligamentos superior ao número de admissões, de maneira que o Estado além de não criar novos postos, perdeu muitos dos existentes. Ademais, ressalta-se que não foi só a partir de 2012 que os saldos passaram a ser negativos, pontualmente em 2007 o saldo foi negativo em (505), conforme gráfico 6.

Gráfico 6 - Saldo de Vagas Formais Alagoas 2004-2014.



Fonte: CAGED. Elaboração dos autores.

Ao realizar uma análise sobre o ponto de vista dos setores de atividades, e com base no que já foi levantado sobre a estrutura produtiva do Estado de Alagoas, observa-se que o setor de serviços apresentou a maior quantidade de trabalho criado entre 2004-2014, representando 84,71% do total de empregos líquidos formais com 32.002 postos criados. De maneira relevante o setor de comércio com um número 21.422 postos novos postos no período de 2004-2014 representou cerca de 56,70% do total de empregos formais gerados. Os dois setores em conjunto representaram cerca 141% das vagas líquidas geradas na economia alagoana no período, significando que gerou acima do total líquido. Merece destaque o desempenho da construção civil, responsável por mais de 9.000 empregos ou 24,46% do total do saldo entre 2004 e 2014. Todas essas relações podem ser confirmadas por meio do Gráfico 7.

Gráfico 7 - Saldo de vagas formais segundo setor de atividade econômica Alagoas – 2004-2014.

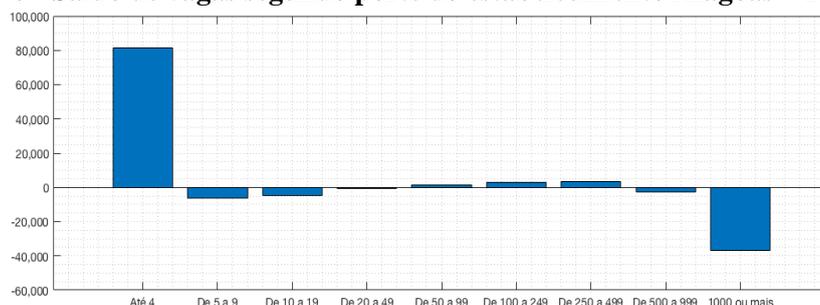
Fonte: CAGED. Elaboração dos autores.

Através do gráfico 7 é possível identificar a falta de diversificação da atividade produtiva tendo impacto sobre os níveis de empregos gerados. Os setores de comércio e serviços foram responsáveis, no período analisado, pela movimentação e geração de emprego na economia alagoana. Nota-se além disso, que a indústria de transformação, durante os anos 2004-2014, mais teve desligamentos que admissões, dessa forma não existindo criação de novos postos de trabalho.

No intuito de avaliar que tipo de empresa criou vagas no período de 2004-2014, ou seja, qual o perfil do empregador no estado de Alagoas, optou-se por avaliar o número de empregos por porte do estabelecimento. Nesse sentido, o gráfico 8 a seguir demonstra que a geração de vagas nos diversos estabelecimentos por vezes foi negativa tanto em estabelecimento de pequeno, médio porte como os de grande porte no intervalo de 2004-2014.

Vale ressaltar, que as empresas com até 4 funcionários (micro porte) foram capazes de criar quase que 215,22% das vagas (81.307). Para Remy, Queiroz e Filho (2008):

[...]Em parte, esse resultado é reflexo das políticas de incentivos às micro e pequenas empresas através do Super Simples, que tributa estabelecimentos desse porte de maneira diferenciada, a partir de um regime que unifica tributos federais, estaduais e municipais e, em alguns casos, isenta os micro empreendedores individuais em praticamente todos os tributos (REMY, QUEIROZ e FILHO, 2008, p. 9).

Gráfico 8 - Saldo de vagas segundo porte do estabelecimento Alagoas – 2004-2014.

Fonte: CAGED. Elaboração dos autores.

Conforme o gráfico 8, destaca-se que se por um lado a maioria das ocupações

formais geradas de maneira relativa e absoluta ficou a cargo dos micro empreendimentos, o segundo lugar ficou a cargo do empreendimento de médio porte representando conjuntamente aproximadamente 16% do total de vagas criadas, sendo 7,83% para os estabelecimentos entre 100 a 249 funcionários com (2.958) vagas criadas e 8,56% para os estabelecimentos entre 250-499 funcionários com (3.232) novos postos.

Já os estabelecimentos de grande porte, especificamente os de 1000 ou mais funcionários acabaram não contribuindo para a geração de novos postos de trabalho. O saldo durante o período de 2004-2014 para esse grupo foi negativo perdendo no total de desligamentos e admissões cerca de 36.815 vagas formais.

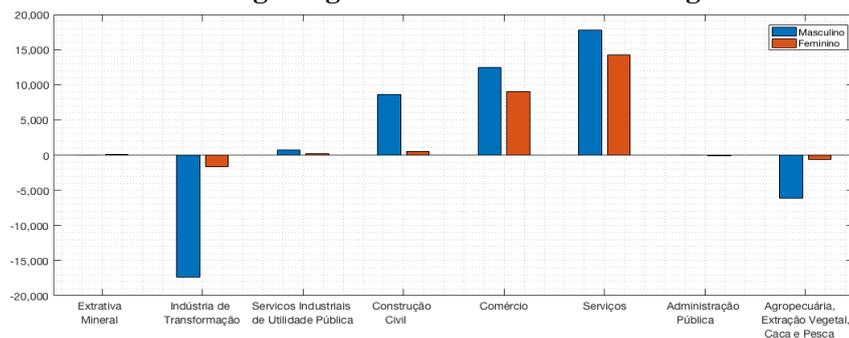
Nesse sentido, o perfil do empregador que cria empregos na economia alagoana é fundamentalmente de micro porte. Os micro empreendimentos foram criados pelo governo federal justamente para reduzir os níveis de informalidade. O fato de a maior criação de vagas ser originada por esse núcleo pode ser um fator hipertrófico, principalmente por se auferir que a maioria dos empreendimentos de micro porte estão relacionados a atividades de comércio e serviços, e isso por significar um entrave a mudança do perfil das atividades produtivas em Alagoas.

1.2 Alagoas: perfil das vagas criadas entre 2004 a 2014

1.2.1 Sexo

Com relação a distribuição das vagas formais geradas em Alagoas pode se afirmar que das 37.776 vagas líquidas criadas em Alagoas para o período, aproximadamente 42,61% foram preenchidas por homens e quase 57% por mulheres, o que pode demonstrar uma elevação da participação da mulher nesse período. Em 2014, por exemplo, a quantidade de postos gerados para as mulheres é superior aos criados para os homens, no setor de serviços 63,73% e 36,27% respectivamente. Em 2004, no entanto essa mesma relação era de 70,54% e 29,46% para homens e mulheres, respectivamente no setor de serviços, nesse ano todos os setores apresentavam maiores participação da força de trabalho masculina.

Cabe destacar que o setor de serviços é o ramo de atividade que mais emprega mulheres (cerca de 14.227) o que representa algo próximo de 38% do total de vagas geradas no período. Do mesmo modo, a mão de obra masculina também se concentrou nesse setor, com 17.775 novos postos de trabalho no setor representando aproximadamente 47% do total de vagas geradas.

Gráfico 9 - Saldo de vagas segundo setor de atividade Alagoas – 2004-2014.

Fonte: CAGED. Elaboração dos autores.

Conforme o gráfico 9, tanto para homens (32% do total) quanto para mulheres (23%) o setor de comércio aparece como o segundo maior gerador de postos de trabalho. O terceiro lugar é ocupado pela construção civil. Nesse setor, as vagas criadas para os homens representam 23% do total de vagas 1,5% para as mulheres. Nitidamente ramo da construção civil representa a maior geração para homens.

1.2.2 Idade

De acordo com Remy, Queiroz e Filho (2008), além da variável sexo, a faixa etária é outra variável seletiva no mercado de trabalho. Nesse sentido, do total de empregos líquidos gerados (37.779), ao longo de 2004 a 2014, (69.163) foi ocupada por pessoas na faixa etária de 18 a 24, ou seja, a quantidade de empregos gerados nessa faixa representa cerca de 183% do saldo de vagas líquidas. De acordo com esses autores o fato de a maior parte das vagas serem ocupadas por essa faixa etária é uma curiosidade a ser ressaltada dada a grande preocupação com o emprego juvenil. Por meio da Tabela 5, é possível conferir o saldo de vagas em número absolutos e relativos de acordo com a faixa etária no período.

Tabela 4 -Saldo de vagas formais segundo faixa etária Alagoas – 2004 a 2014.

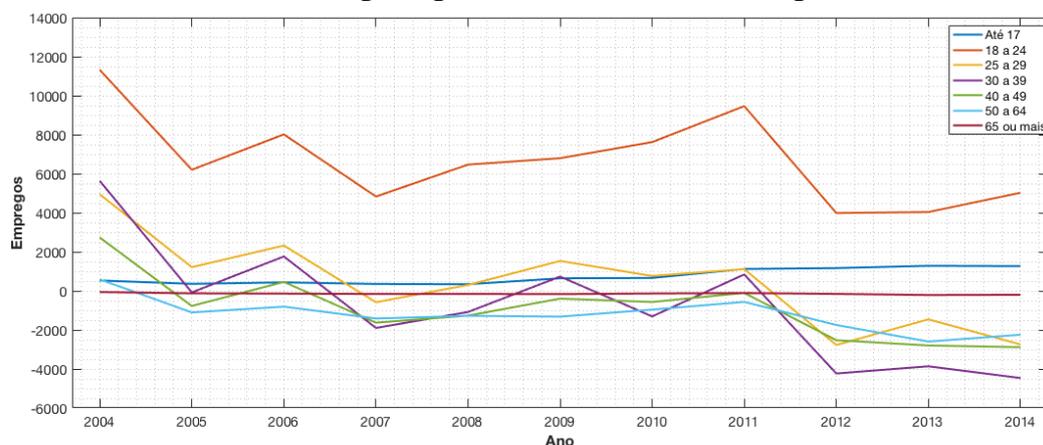
| Faixa Etária | Saldo | % |
|--------------|---------|---------|
| Até 17 | 8.219 | 21,76% |
| 18 a 24 | 69.163 | 183,07% |
| 25 a 29 | 1.205 | 3,19% |
| 30 a 39 | -12.334 | -32,65% |
| 40 a 49 | -12.215 | -32,33% |
| 50 a 64 | -14.613 | -38,68% |
| 65 ou mais | -1.654 | -4,38% |
| { ñ class } | 8 | 0,02% |
| Total | 37.779 | 100,00% |

Fonte: CAGED. Elaboração dos autores.

O grupo etário de 50 a 64 anos é o mais vulnerável, com perda total de 14.613 postos ou 38,68% do total de vagas líquidas no período. Dessa maneira, constata-se que adultos de meia idade também são bastante excluídos da atividade econômica formal, assim como os idosos embora essa relação já seja esperada.

Ademais, ressalta-se por meio do gráfico 10 a seguir que todas as faixas etárias exprimem uma tendência de queda durante todo o período de 2004 a 2014, entretanto a faixa etária de 18 a 24 anos mantém-se maior ano a ano que todas as faixas etárias.

Gráfico 10 - Saldo de vagas segundo setor de atividade Alagoas – 2004-2014.



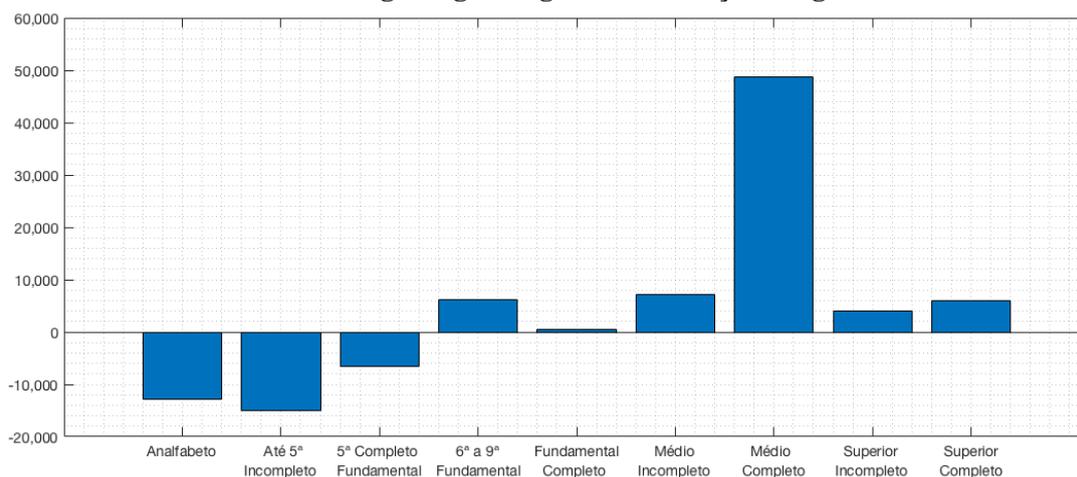
Fonte: CAGED. Elaboração dos autores.

1.2.3 Grau de Instrução

Para Remy, Queiroz e Filho (2008), é a partir da análise do saldo de vagas criadas segundo grau de instrução, que fica nítida a vulnerabilidade que os trabalhadores que possuem poucos anos de estudos ficam expostos, tendo em vista que são os mais propensos a serem demitidos e/ou não admitidos.

Nesse sentido, ao analisar os dados demonstrado no gráfico 11, nota-se que os trabalhadores que se encontram nos três primeiros níveis de escolaridade, apresentaram mais demissões do que admissões em Alagoas. Essa realidade, no entanto, não apresenta nenhuma novidade:

Na verdade, os dados do CAGED não apontam nenhuma novidade. Isto porque, os resultados indicam que o mercado de trabalho continua a cada ano que passa mais exigente em relação ao nível de instrução médio. Entretanto, é preciso ressaltar que da mesma forma que a demanda por pessoas com baixos níveis é reduzida, trabalhadores altamente qualificados também não encontram vagas na estrutura produtiva brasileira. Assim, há apenas uma vaga para trabalhador com doutorado e nenhuma para mestrado (REMY, QUEIROZ e FILHO, 2008, p. 12).

Gráfico 11 - Saldo de vagas segundo grau de instrução Alagoas – 2004-2014.

Fonte: CAGED. Elaboração dos autores.

As vagas de empregos abertas em Alagoas, entre 2004 e 2014, foram em sua grande maioria para os trabalhadores com o segundo grau completo, 129%, ou 48.734 vagas, considerando-se um total líquido de 37.776 vagas formais criadas no período, de maneira que o total de vagas criadas para trabalhadores com ensino médio completo foi superior ao total de vagas líquidas. Em seguida, gerou-se também um número razoável para pessoas com segundo grau incompleto (18,79%) e da 6ª a 9ª série do fundamental (16,23%), 7.098 e 6.130 vagas, respectivamente.

Ademais, ressalta-se que foram criados cerca de 5.906 empregos para pessoas com nível superior completo (15,63%) e 4.017 para nível superior incompleto (10,63%). Essas relações podem ser visualizadas por meio da tabela 6.

Tabela 5 - Saldo de vagas formais segundo grau de instrução Alagoas – 2004 a 2014.

| Grau de Instrução | Total |
|-------------------------|----------------|
| Analfabeto | -34,02% |
| Até 5ª Incompleto | -39,79% |
| 5ª Completo Fundamental | -17,58% |
| 6ª a 9ª Fundamental | 16,23% |
| Fundamental Completo | 1,12% |
| Médio Incompleto | 18,79% |
| Médio Completo | 129,00% |
| Superior Incompleto | 10,63% |
| Superior Completo | 15,63% |
| Total | 100,00% |

Fonte: CAGED. Elaboração dos autores.

1.2.4 Faixa de Rendimento

Ao analisar a variável rendimento ficam evidentes os baixos níveis salariais do mercado de trabalho alagoano. Conforme demonstrado na tabela 7, a distribuição das vagas criadas com relação a faixa salarial se concentrou na faixa de mais de meio salário até um salário mínimo, representando cerca de 151% do total das vagas líquidas no período.

Tabela 6 - Saldo de vagas formais segundo faixa salarial Alagoas – 2004 a 2014.

| Faixa Salarial | Saldo | % |
|----------------|---------|---------|
| Até 0.50 | 2.190 | 5,80% |
| 0.51 a 1.0 | 57.214 | 151,44% |
| 1.01 a 1.5 | 28.581 | 75,65% |
| 1.51 a 2.0 | -18.993 | -50,27% |
| 2.01 a 3.0 | -19.696 | -52,13% |
| 3.01 a 4.0 | -5.672 | -15,01% |
| 4.01 a 5.0 | -2.655 | -7,03% |
| 5.01 a 7.0 | -3.049 | -8,07% |
| 7.01 a 10.0 | -1.451 | -3,84% |
| 10.01 a 15.0 | -787 | -2,08% |
| 15.01 a 20.0 | -351 | -0,93% |
| Mais de 20.0 | -507 | -1,34% |
| { ã class } | 2.955 | 7,82% |
| Total | 37.779 | 100% |

Fonte: CAGED. Elaboração dos autores.

Além disso, outra faixa salarial é responsável por 75,65% do total das vagas criadas, a faixa percebe de um pouco mais de um salário mínimo até um salário e meio. Dessa maneira, cerca de 85.795 do saldo de empregos gerados recebem valores que não superam um salário mínimo e meio.

Acerca dos dados relacionados através da tabela 7, pode-se constatar dois padrões de comportamento na análise. O primeiro diz respeito à quantidade líquida de empregos criados com valores até um salário mínimo e meio. Nesse caso foram admitidas 87.985 pessoas ao longo do período 2004-2014. O segundo padrão aponta para os 53.161 desligamentos, todos ocorridos para postos cujos rendimentos superavam dois salários mínimos.

Dessa maneira, ao analisar os dados de emprego do estado de Alagoas se observou que a estrutura ocupacional resultante das vagas criadas são precárias e seletivas, pois em sua maioria demandaram trabalhadores do sexo masculino, com segundo grau completo, idade de 18 a 24 anos, com rendimentos de no máximo até 1 e meio salário mínimo, ocupados no setor de serviços e comércio, em empresas de micro porte.

Com base no resultado da análise dos dados conclui-se que o foco em atividades produtivas com pouco conteúdo tecnológico, como o caso do setor de serviços, em Alagoas, acaba gerando empregos precarizados e com baixas remunerações muitas vezes por exigir uma mão-de-obra pouco qualificada. Nesse sentido gera-se um ciclo vicioso que impede o ganho de riqueza e conseqüentemente o desenvolvimento local sustentado.

É necessário frisar que a melhor forma de contornar a estrutura do mercado de trabalho que se estabeleceu no Estado, é por meio de políticas direcionadas a promover a diminuição da falta de qualificação profissional, da disparidade de remunerações entre os

gêneros e da inclusão de pessoas pertencentes a maiores faixas etárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema de pesquisa foi formulado com base na investigação dos principais indicadores socioeconômicos do estado de Alagoas, que demonstram as mais baixas posições do estado, nos níveis de renda, emprego, desenvolvimento humano e estrutura produtiva do Brasil e do Nordeste. Investigou-se ainda que o estado não acompanhou as mudanças ocorridas no país entre as décadas de 1930-1970, principalmente as advindas dos planos de desenvolvimento para o Nordeste a partir dos anos 1950.

No estudo de caso realizado para o Estado de Alagoas, a investigação possibilitou identificar que o estado não acompanhou o movimento de transformações vivenciadas pelo Nordeste que foram impulsionadas pelas políticas de desenvolvimento adotadas durante o período de 1930-1970. As transformações na estrutura produtiva do estado foram moderadas à medida que estrutura produtiva do estado continuou sendo baseada no setor sucroalcooleiro com a entrada moderada do setor químico e foco nas atividades de serviços que a partir de então começaram a significar mais de 70% do PIB do estado, motivado principalmente pelas atividades do setor sucroalcooleiro.

Ao analisar o comportamento recente do mercado de trabalho entre os anos 2004-2014 foi observado que a estrutura ocupacional resultante das vagas criadas são precárias e seletivas, pois em sua maioria demandaram trabalhadores do sexo masculino, com segundo grau completo, idade de 18 a 24 anos, com rendimentos de no máximo até 1 e meio salário mínimo, ocupados no setor de serviços e comércio, em empresas de micro porte. Com base no resultado da análise dos dados conclui-se que o foco em atividades produtivas com pouco conteúdo tecnológico, como o caso do setor de serviços, em Alagoas, acaba gerando empregos precarizados e com baixas remunerações muitas vezes por exigir uma mão-de-obra pouco qualificada. Nesse sentido gera-se um ciclo vicioso que impede o ganho de riqueza e conseqüentemente o desenvolvimento local sustentado.

Ademais, ressalta-se que estruturas subdesenvolvidas nas quais as atividades produtivas são necessariamente voltadas para o setor terciário da economia possibilitam a geração de empregos em condições precárias, condicionadas principalmente, pelo trabalho por conta própria, sem remuneração e o desemprego, que abre espaço para informalidade e sazonalidade. No caso de Alagoas isso acaba implicando em rendas mais baixas até mesmo em empregos regularizados. Assim, caso se queira alcançar e avançar no caminho do

desenvolvimento, o emprego, sem dúvida, deve estar dentro da análise como reflexo tanto do desenvolvimento nacional como do local.

A precariedade do emprego numa economia pode ainda ser realçada pela falta de políticas direcionadas a suavização das disparidades da população empregada. Nesse sentido, esta pesquisa contribui com um arcabouço que permite o direcionamento de políticas que visem melhorar a qualidade do emprego e, portanto, os níveis de renda da sociedade. A análise permite que se consiga ver que a população necessita de qualificação profissional, inclusão da mão de obra com maior faixa etária e inclusão da mulher no emprego com remuneração mais igualitárias. Ainda permite avaliar que atividades industriais acabam gerando empregos com maiores remunerações, nesse sentido a política deveria ser direcionada a captação de investimento em atividades produtivas capazes de gerar maiores rendas e com potencial de captação da mão-de-obra qualificada.

Apesar de despertar a compreensão de que a maneira como se adotou e se colocou em prática as políticas de desenvolvimento, principalmente sob a ótica das atividades produtivas, trouxe impactos sobre o emprego e renda, este trabalho possui limitações. A análise descritiva de dados não permite, ao contrário de um modelo econométrico, medir através de um indicador específico os impactos das transformações econômicas no emprego gerado.

Entretanto, a partir das discussões proporcionadas pelo estudo, é possível pensar em novas possibilidades de futuras investigações que possam complementar a investigação realizada neste trabalho, dessa vez com foco em políticas públicas direcionadas à melhoria da qualidade do emprego e renda.

REFERÊNCIAS

EMPRESÔMETRO. ESTATÍSTICAS. 2017. Disponível em: <<https://www.empresometro.com.br/Home/Estatisticas>> Acesso em: Jul. 2018.

FURTADO, Celso. *Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. 5ed. Rio de Janeiro: contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009a.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009b.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: Agosto de 2018.

IPEA. IPEADATA. Dados Macroeconômicos e Regionais. 1996-2010. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>> Acesso: Maio de 2018.

LIMA, Araken. *Alagoas e o Complexo Agroindustrial Canavieiro no Processo de Integração Nacional*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia, Campinas, 2006.

LIMA, A. A. *Evolução da Agroindústria Canavieira Alagoana no Século XX*. Maceió: EDUFAL, 2014.

LOPES, G. C. L de A. “Estrutura Produtiva de Alagoas: o movimento da especialização regressiva.” In. Anais do VIII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Anais... (RS) Santa Cruz do Sul, 2017. Disponível em: <[http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article /view/16846](http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/16846)>. Acesso em: 10 jul. 2018.

MTE. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Brasília, CAGED, 2003 a 2015. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_estatistico_id/caged_estatistico_basico_tabela.php> Acesso em: Maio de 2018.

MTE. Relação Anual de Informações Sociais. RAIS, 2003 a 2015. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_anuario_rais/anuario.htm> Acesso em: Abril de 2018.

POSCHMANN, Marcio. *O Emprego no Desenvolvimento da Nação*. São Paulo: Boitempo, 2008.

POSCHMANN, Marcio. *O Emprego na Globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo, 2012.

POSTHUMA, Anne. “Transformações do Emprego no Brasil na Década de 90” In: *Abertura e Ajuste do Mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios do emprego e competitividade*. Rio de Janeiro: Editora 34 Ltda, 1999. pp.11-34.

REMY, Maria; QUEIROZ, Silvana; FILHO, Luís. “Evolução Recente do Emprego Formal no Brasil: 2000-2008”. In. Anais do XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais... (SP) Campinas, 2010. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_13/abep2010_2589.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2018.

SANTOS, Ezequias; CORREA, Domingos. “Análise da Política de Arranjos Produtivos Locais (APLs) Implantada em Alagoas”. In Anais do XI Encontro Nacional da ANPEGE...(SP) Presidente prudente, 2015. Disponível em: <<http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/22/600.pdf>> Acesso em: 15 jul. 2018.

SEPLAG. NEPSEPLAG. “Estudo sobre as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em Alagoas”. 2016. Disponível em: <dados.al.gov.br>. Acesso em: Jul.2018.

TEIXEIRA, Celso Elenaldo. *O papel das políticas públicas no Desenvolvimento local e na Transformação da Realidade*. 2002. Disponível em: <<http://www.escoladebicicleta.com.br/politicaspUBLICAS.pdf>> Acesso em: Julho de 2018.